

**A PRODUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS NA CONFLUÊNCIA DE  
ESFORÇOS EM TORNO DO “CONVÊNIO INTER-ADMINISTRATIVO DAS  
ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E CONEXAS” (1907-1945).**

Projeto aceito pelo Edital Universal do CNPq de 2011

**EM MINAS GERAIS, TEIXEIRA DE FREITAS ENSAIA A  
COOPERAÇÃO (OS ANOS 1920).<sup>1</sup>**

**NELSON DE CASTRO SENRA**

Doutor em Ciência da Informação (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ & Instituto Brasileiro de  
Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT).

Pesquisador aposentado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Professor do Programa de  
Mestrado em “Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais”, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas –  
ENCE / IBGE

Sócio efetivo do “Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - IHGRJ”; membro fundador da  
“Associação das Américas para a História da Estatística e do Cálculo de Probabilidades”; membro da  
“Associação Brasileira de Educação - ABE”.

Minas fora o campo de experimentação onde o grande mestre da  
estatística nacional ensaiara as suas ideias, verificara as reações do meio,  
retificara os erros e pudera conceber um plano exequível para o Brasil.  
*Daniel de Carvalho*<sup>2</sup>

Teixeira de Freitas passou os anos 1920 em Minas Gerais. Começou fazendo o  
censo de 1920, como delegado federal do censo.<sup>3</sup> Não cumpriu sua missão de modo raso,  
ao contrário. Para obter sucesso, tratou de contatar a política mineira, buscando e propondo  
colaboração. À época o estado era presidido por Artur Bernardes, com quem se entendeu  
perfeitamente. Recebeu todo apoio, e ofereceu também muito.

Bom teórico, mas também cuidadoso realizador, sempre detalhista, e com inegável  
capacidade argumentativa, não tinha em mente apenas o censo, *stricto sensu*, bem tendo

---

<sup>1</sup> Este texto prossegue a narrativa iniciada com “A atividade estatística na Primeira República, tentativas de  
cooperação federativa (1890-1930)”, no site [www.convenio1931.ence.ibge.gov.br](http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br).

<sup>2</sup> CARVALHO, Daniel. A estatística brasileira e o regime federativo. Revista Brasileira de Estatística, Rio de  
Janeiro: IBGE, v. 11, n. 44, p. 553-558, out./dez. 1950. Trata-se de uma conferência proferida no “curso de  
informações” do Conselho Nacional de Estatística, em 6 de setembro de 1950, quando Teixeira de Freitas já  
deixara a secretaria geral do IBGE, mas seguia responsável pelas estatísticas do Ministério da Educação.  
Daniel de Carvalho foi secretário de Agricultura de Raul Soares (1922 a 1924) e de Melo Viana (de 1924 a  
1926, quando assumira na ocasião da morte de Raul Soares). Foi Ministro da Agricultura de Eurico Dutra (de  
1946 a 1952), e por várias vezes Deputado Federal. Tinha grande afinidade com Teixeira de Freitas.

<sup>3</sup> Segundo informa Daniel de Carvalho, Teixeira de Freitas foi indicado para atuar em Minas Gerais por  
Fernando Faria Junior, sobre quem nada se sabe.

presente sua potência articuladora da atividade estatística. Com polido denodo, procurou se colocar, não na política mineira, o que não é desejável à atividade estatística, mas entre os políticos mineiros, aqueles que poderiam facilitar sua tarefa; mas ser aceito naquele ambiente, entre aqueles homens, que cultuam a reticência, e mesmo a desconfiança, não é nada fácil aos “de fora”. Ao fim e ao cabo, conseguiria realizar um ótimo censo, e mais do que o básico, ajudando bastante a revelar a realidade mineira.

Tanto conquista a confiança dos políticos mineiros que ao final da missão é instado a continuar dedicando-se à organização da atividade estatística mineira. Feitas as *démarches*, começa sua década mineira, onde iria ganhar régua e compasso, conseguindo ensaiar, naquele laboratório provincial, o sonho da cooperação, desejado desde longa data, e nos últimos tempos tão acalentado e perseguido em diversas tentativas por Bulhões Carvalho, seu grande mestre. Fora capaz de fazer uma ótima relação vertical para cima, com a esfera federal, e não apenas com seu mestre na repartição de estatística, mas também com outros órgãos, bem assim, vertical para baixo, com os municípios, através de diversas iniciativas, algumas inovadoras. E fechou este ciclo com uma relação horizontal bastante variada, seja com as secretarias, onde havia registros administrativos, e com intelectuais, abrindo a esfera de atuação da repartição de estatística mineira que criaria, onde realçaria a cartografia, dinamizaria a propaganda, as publicações e a divulgação, e faria realizar algumas pesquisas diretas.

Pois, podemos aproximar a história desta década através de três textos. O primeiro, abrindo a década, é o relatório que como delegado censitário, ao término dessa atividade, dirigiu a Bulhões Carvalho em dezembro de 1921, dando conta das dificuldades enfrentadas e das soluções encontradas. O segundo, fechando a década, que terá escrito em final de 1929, ou início de 1930, são as 33 teses que oferece àquela que teria sido a 1ª Conferência Nacional de Estatística, convocada por Bulhões Carvalho, para realizar-se em 12 de outubro de 1930, justo o mês em que ocorreu a revolução que pôs fim a Primeira República. O terceiro, fazendo um balanço retrospectivo da sua trajetória mineira, e colocando-a num contexto de evolução histórica, e já lançando mão da memória, é a conferência que proferiu em outubro de 1931, ao tomar posse como sócio da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, já tendo voltado à capital federal, e já estando à frente da repartição estatística do recém-criado ministério da educação e saúde (note-se que daí a dois meses estaria fazendo aprovar o convênio das estatísticas da educação na IV Conferência de Educação, objeto maior deste projeto). São três fontes indiretas, podendo haver maior riqueza de detalhes, e mesmo surpresas nas fontes diretas talvez existentes no Arquivo Público Mineiro e no Fundo Teixeira de Freitas (no Arquivo Nacional, em término de organização e digitalização em parceria com o IBGE).

### **Abrindo a década: contas do censo feito.**

O relatório de Teixeira de Freitas, em versão datilografada, em tamanho ofício com entrelinhas um, tem 32 páginas. Na “Conclusão” do relatório, ao final da página 31, o autor lança mão de um floreio retórico que lhe será típico ao longo da vida, com as devidas

adaptações, ajustando-o segundo as circunstâncias. Usará do artifício da modéstia, como que diminuindo sua competência que, à grande, realçara ao longo do relatório. Desta forma, transfere os méritos dos feitos ao seu diretor geral, Bulhões Carvalho, bem assim, ao governo de Minas Gerais, à sociedade amplamente, e, claro, aos seus auxiliares. Mas, sem que o leitor lhes negue mérito, não há como não pensar e não sopesar suas realizações, quando pouco (o que já não seria pouco, de fato) em conseguir tanto apoio. Ao fim e ao cabo deste exercício de retórica sairá ainda maior aos olhos do leitor.

Reconheço que os serviços a meu cargo, e mesmo o presente documento, deixam muito a desejar. Força é, porém, que mo releveis, atendendo a que pus em jogo, com o maior devotamento, sinceridade e patriotismo, todos os fracos recursos que estavam ao meu alcance. Concluo, pois, estas linhas, que constituem o ponto final da minha tarefa, contando, de ânimo leve e consciência tranquila, com a justiça do vosso julgamento. Dois últimos deveres, porém, tenho a cumprir. Em primeiro lugar, devo exprimir-vos, mais uma vez, muito viva e sinceramente, as minhas congratulações e os meus agradecimentos: congratulações pelo êxito, em que poucos acreditavam, da campanha gloriosa em boa hora confiada à vossa competente direção; agradecimentos pela benevolência com que sempre acolhestes as minhas ponderações, pela firmeza e confiança de apoio que em todas as circunstâncias prestastes aos meus atos, e, finalmente, pelas inúmeras atenções que vos mereci. Cumpre-me, em segundo lugar, por em destaque perante a vossa alta autoridade, como elevada homenagem de gratidão da minha parte, não somente o concurso patriótico, multiforme e decisivo do Governo do Estado, das administrações municipais, do clero católico, da imprensa e de todas as instituições particulares, mas ainda a extraordinária dedicação, a disciplina, a inteligência e a probidade de que, de modo geral, deram provas os meus dignos companheiros de trabalho, desde os inspetores regionais aos humildes e heroicos recenseadores.<sup>4</sup>

Já antes, à página 17, ao terminar a segunda seção, como veremos adiante, se valerá de modo ainda claro deste floreio retórico de modéstia que contrasta com uma realização magnífica, a ser vista mesmo como modelo. Um artifício de linguagem!

O relatório está dividido em três seções: 1) O aparelho censitário e as condições de seu funcionamento; 2) O plano e as fórmulas do recenseamento; 3) Os resultados da campanha censitária (resultados essenciais; resultados subsidiários; atuação indireta do recenseamento aperfeiçoadora do meio social; resultados indiretos do recenseamento orientadores da ação governativa; observações gerais sobre a organização social; observações especiais sobre a organização estatística) e o custo da operação.

Começa, na seção inicial, dizendo que diante da baixa experiência acumulada de operações censitárias anteriores, e das muitas variações sabidamente existentes entre Estados, e até num mesmo Estado, a legislação censitária foi sabiamente prudente em não

---

<sup>4</sup> FREITAS, M. A. Teixeira de. O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 1931. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento. Documentos Censitários, série B, nº 2, 1951. P. 31-32. (No acervo do IBGE).

estabelecer rigores em excesso, amarras excessivas. Assim, graças a essa “contextura da legislação censitária”, definiu-se um “regime de ampla autonomia, sem prejuízo do correlato controle”, e logo que apreendeu sobre as realidades mineiras, tratou de negociar com a repartição estatística federal alguns pontos. Em alguns desses pontos ganhou por inteiro, ao passo que em outros teve que ceder. Mas antes de seguir, valerá observar sua valoração à liberdade dada aos delegados federais nos estados, mas não sem os devidos controles da unidade federal, sobre os quais não avança muito, deixando a entrever que não foram nada muito exigentes no sentido de minuciosos, talvez tendo ficado mesmo na conta da confiança nas escolhas dos referidos delegados.<sup>5</sup>

Ao que mostra quatro pontos exigiram negociação. O principal foi o número de delegados seccionais. Ele queria dividir Minas em 37 regiões, mas tinha orientação para fazê-lo em 13 ou no máximo 17, ao passo que São Paulo o faria em 25. Ponderou que as condições de transporte em Minas eram mais difíceis, que seu território era maior, e sua população mais espalhada, donde deveria ter um número maior de delegacias seccionais. Acabou por conseguir o mesmo número que São Paulo. Outro ponto dizia respeito à formação das comissões censitárias municipais e, sobretudo, ao seu papel na operação censitária. Ao contrário das orientações recebidas não as queria atuantes, dada a política local, em geral muito divergente, não raro conflituosa. As aceitava apenas para “solenizar” momentos censitários, como seu início, a aplicação da propaganda, e coisas tais. E jamais as queria escolhendo recenseadores, atributo, a seu juízo, do delegado seccional. E ganha, mas não explica o desenrolar da polêmica (se é que houve).

Um terceiro ponto foi uma decisão administrativa que, ao que parece, nem chegou à capital federal. Decidiu concentrar toda a ação administrativa na delegacia na capital do estado, em lugar de descentralizá-la nas delegacias seccional, o que diz que lhe sobrecarregou em alguns momentos, mas que teve a vantagem de deixar aos delegados seccionais tempo total para cumprir funções técnicas. Ao mesmo tempo centralizou a pagadoria, já que não havia Coletorias Estaduais em todos os municípios, e que seria muito difícil repassar os recursos e fazer-lhes os controles. Um último ponto, em que foi inovador, e que precisou negociar bastante, foi a criação de uma nova função, a de “inspetor regional”, como um representante pessoal dele e, portanto, hierarquicamente acima dos delegados seccionais. Queria que “fossem homens experientes de coisas de administração, tivessem suficiente conhecimento do Estado, além de reunirem os indispensáveis predicados de inteligência e caráter”. Pretendeu um quadro de cinco, mas apenas conseguiu selecionar três, “e tais foram os resultados que colhi com a atividade desses dedicados colaboradores no serviço de inspeção das várias delegacias seccionais, que nunca me felicitarei bastante pelo acerto do alvitre da escolha”.<sup>6</sup>

Antes de seguir, falando da propaganda, em seu amplo sentido, convém observar que o censo na capital estadual foi conduzido diretamente por Teixeira de Freitas, ou seja,

---

<sup>5</sup> FREITAS... 1951. P. 1. Em nenhum momento neste relatório Teixeira de Freitas menciona Fernando Faria Júnior como a pessoa que teria indicado seu nome para Delegado Geral do Censo em Minas, como é dito por Daniel de Carvalho. Será que então ainda não sabia?

<sup>6</sup> FREITAS... 1951. P. 5.

não estava afeto a nenhum delegado seccional. E assim também ocorreria na capital federal, em que Bulhões Carvalho pessoalmente assumiria a rotina do trabalho censitário. Essa prática trazia a vantagem do aprendizado do trabalho de campo, de modo que seus idealizadores (fechados em gabinete) poderiam avaliar as instruções então elaboradas, e modificá-las, e até mesmo avaliar a suficiência dos instrumentos elaborados, neste caso apenas com vistas a uma ulterior operação censitária. Este centrar o trabalho de campo da capital na sede da repartição estatística seria adotada por muito tempo, mesmo no IBGE, mas depois, sem quê ou por que, seria deixada de lado, numa decisão a merecer reflexão.

Sobre a propaganda, a história censitária brasileira o dizia, dentre todas as atribuições cometidas aos delegados censitários era o que lhes exigiria o “mais acurado exame” e o “mais escrupuloso cumprimento”, e a ela irá dedicar o máximo de atenção, se envolvendo pessoalmente, algo que pareceu apreciar bastante. Fez visitas aos políticos, em diversas posições, às autoridades eclesiásticas, aos órgãos de imprensa, públicos ou privados, a jornalistas influentes, intelectuais, a associações, academias, etc.; ganhou espaços públicos, conseguiu impressões diversas (folhetos, livretes, cartões, cartazes, etc.), deu entrevistas, escreveu artigos, promoveu celebrações cívicas; criou prêmios, etc.; em suas palavras, solenizou o mais que pôde cada evento. E percebeu algo novo, que não era apenas o povo que, em geral, era reticente e resistente à realização censitária, os ditos cultos também a negavam. Enfim, seguiu normas, e as avançou.

De feito, só um esforço de propaganda multiforme, generalizado, tenaz, intenso, brilhante mesmo, capaz de ferir a atenção de todas as inteligências e empolgar ânimos em todas as camadas sociais, poderia atenuar, senão vencer, as dificuldades sem número que pareciam vetar o êxito de qualquer empreendimento censitário no Brasil. Porque o que se tornava mister não era somente afeiçoar as populações à ideia e à prática censitária, vencendo ignorância, preconceitos, malevolência, desconfianças, medo, mas ainda criar em toda a parte um ambiente que permitisse constituir o aparelho censitário em condições satisfatórias. A esse último objetivo opunha-se o fato de ser o recenseamento encarado sob um prisma que d’antemão parecia condená-lo irremediavelmente ao fracasso. O de que se tratava, segundo os elementos mais cultos, que não viam no censo o trabalho preliminar de recrutamento ou de lançamento de novos impostos, era de um grande simulacro de serviço para distribuir sinecuras rendosas com intuitos políticos, ou de uma formidável farsa para fornecer à política falso fundamento para criação de distritos e municípios, de termos e comarcas. Diante disso, imagina-se bem o quanto se desaçaimaram os apetites as primeiras notícias e providências sobre o recenseamento, e o estado de ânimo dos que já se viam, pelos seus recursos políticos, garantidos no gozo de uma das rendosas sinecuras que todos anteviam. Tarefa formidável esta, portanto, de trazer o ânimo rebelde e rude das populações à cordata submissão à atuação censitária, de enfrentar a estreiteza de vistas e as ambições da política de campanário, de erigir o aparelho censitário em condições de eficiência, e que vale dizer, de descobrir elementos capazes, despertar-lhes o entusiasmo e o espírito de sacrifício que lhes dessem a coragem de desempenho honesto da árdua missão

oferecida, e cerca-los em toda a parte do devido respeito. Era preciso, porém, realiza-lo; realizou-se.<sup>7</sup>

Este é o preâmbulo ao que relata sobre as iniciativas de propaganda, que arrola em 31 itens. Valoriza sobretudo o relacionamento com as autoridades políticas estaduais, em especial o governo do Estado na pessoa de Artur Bernardes, logo eleito Presidente da República, para o quadriênio 1922-1926, em sucessão a Epitácio Pessoa, realçando sua “admirável mentalidade de estadista”. Diz que logo no primeiro encontro que mantiveram, e que reiteraria posteriormente: “expus-lhe a minha maneira de ver e o meu plano de convergência de vistas e de esforços entre os três ramos da administração pública no Estado, visando o êxito do recenseamento”.<sup>8</sup> Pois esta ideia, chave para este projeto, será ainda retomada e expressa assim explicitamente em outro ponto do relatório, como será visto adiante, afora estar presente nele todo, em várias iniciativas de cooperação, como a que logo fará com a secretaria de Agricultura para avançar na compreensão das realidades municipais em Minas Gerais, já revelando sua especial atenção aos municípios.

Ao término da primeira seção trata de algo novo, a questão das corografias municipais: “trabalhava-me o espírito de longa data a convicção de que a estatística geral do país não carecia apenas de um trabalho censitário escrupuloso, senão também de conhecimento detalhado e sistemático da corografia física e política das circunscrições municipais formadoras de cada unidade da federação”. E é nesse sentido que almejaria um “esboço de levantamento cartográfico”, somando esforços a Porfírio da Costa Camelo (um dos delegados seccionais), Francisco Bhering (relator da Carta Geral do Centenário<sup>9</sup>) e Clodomiro Augusto de Oliveira (secretário de Agricultura). Firmados os entendimentos, com envolvimento da repartição da repartição estatística federal, decidiu-se “na melhor harmonia de vistas, que o trabalho correria sob a minha direção, sem ônus para o recenseamento”. Uma vez que esse acordo reforçou o quadro do censo com o pessoal da secretaria de Agricultura, inclusive alguns altamente qualificados, ele facilitou a realização de vários inquéritos previstos pela Diretoria Geral, e permitiu que vários outros fossem promovidos pela delegacia federal no estado: “fiz ainda executar um sumário censo escolar e um ligeiro inquérito nosográfico, organizar monografias corográficas sobre cada município rever o Dicionário Estatístico e Corográfico das Distâncias, editado pela Secretaria do Interior”, bem como, “levantar uma resumida estatística sobre indústria extrativa e quedas d’água existentes no Estado”.<sup>10</sup>

Na segunda seção Teixeira de Freitas retoma alguns pontos, fazendo críticas, segundo declara, visando “a melhor organização de futuras operações censitárias”.<sup>11</sup> Pois sua primeira polêmica será quanto à data de referência, 1º de setembro, escolhida para aquele censo, que achou uma escolha pouco feliz, dado que é o início da estação das

---

<sup>7</sup> FREITAS... 1951. P. 5.

<sup>8</sup> FREITAS... 1951. P. 8.

<sup>9</sup> Embora isso não seja deixado claro o mais provável é que ele coordenasse apenas a parte referente a Minas.

<sup>10</sup> FREITAS... 1951. P. 11.

<sup>11</sup> FREITAS... 1951. P. 11.

chuvas em quase todo o país. E sugere o 1º de julho como a data ideal, que diz estar em plena estação seca em quase todo o país. O curioso é que quase todos os censos feitos depois, e pelo IBGE, adotaram o 1º de setembro como data de referência, e seria oportuno investigar nas atas da comissão censitária do Censo de 1940 (sob o comando de Carneiro Felipe), na qual Teixeira de Freitas teve presença marcante, se este tema causou alguma polêmica, e se sim qual teria sido sua posição pessoal.

Outro ponto é o não gostar da expressão “recenseamento” por levar a população a associá-lo facilmente a “alistamento”, “recrutamento”, “lançamento”, o que agravava naturalmente as desconfianças que atrapalhavam a operação. E sugere apenas “censo”, preferindo mesmo uma expressão que entende ser genuinamente popular, qual seja, “contagem”. E nesta linha, propõe que a data do censo (a data de referência) fosse um feriado nacional, com a nomeação de “dia da contagem”. E também neste ponto, é curioso observar que o IBGE no máximo passou a utilizar a expressão “censo”, jamais tendo cogitado em utilizar a expressão “contagem”, ao mesmo tempo em que deixaria de lado, pouco a pouco, a expressão “recenseamento”, contudo não pelas razões que Teixeira de Freitas levanta, até porque as resistências e reticências da população praticamente desapareceram, antes por razões de economia de linguagem.

A seguir exalta, e por isso propõe fossem generalizadas, algumas de suas “inovações” gerenciais: a centralização administrativa na delegacia na capital do estado, deixando aos delegados seccionais apenas as funções técnicas; a formalização da função de inspetores regionais (que então chama de “especiais”), considerando-a de fundamental importância, porquanto levando a todos os lugares os olhos do delegado geral, que não tem como se afastar da capital do estado, na conta dos seus muitos afazeres; e quer rever a função das comissões censitárias, a serem mantidas mas apenas numa função algo protocolar, simbólica, sem que se lhe dê poderes de atuar nas decisões técnica emanadas da legislação ou das autoridades censitárias; e quer avançar no que pôde fazer, numa futura criação de agências municipais de estatística (o que será uma das meninas dos olhos de sua concepção para o IBGE). Acha que os seis meses que teve antes do início dos trabalhos censitários são poucos, e que então deveria ter sido enviado bem antes ao estado; quer ampliar a franquia postal e telegráfica, ao menos tornar mais amplamente difundida sua existência na legislação, de modo a se evitar contratempos em agências distantes; quer tornar mais severa, e mais expedita a aplicação da multa pela não resposta, ou pela resposta falsa, e quer também a aplicação de pena de prisão, *ad limina*. Quer burilar diversas instruções e/ou o esforço de treinamento dos recenseadores, e oferece exemplos.

A seguir irá tratar dos resultados alcançados, aproximando observações das realidades mineiras. Não oferece detalhes, nem aprofunda realizações, talvez em razão da natureza do relatório, por certo um local impróprio, talvez porque ainda não ousasse avançar em análises mais amplas, neste caso, para se saber o quanto já ousava trafegar por diferentes temáticas será preciso pesquisar em outras fontes, jornais e revistas, clubes e associações, etc. onde possa ter escrito ou palestrado. Mas antes disso será preciso retroceder à conclusão da campanha censitária, em sua dimensão operacional, fechando a segunda seção, nas páginas 17 e 18, voltando, em parte, aos floreios retóricos. Mas, em

parte desta conclusão, usando de uma retórica, digamos assim, subjacente, faz críticas, e emite mesmo severas opiniões. De todo modo, e aí está o ponto retórico, diante dessas adversidades, seus feitos ficam ainda mais realçados, brilhando. Deixa ao leitor o único caminho da exaltação ao refletir suas decisões, suas criações; sem elas, todas essas mazelas teriam posto o censo água abaixo em Minas. Mas... ele estava atento, e não apenas percebeu os problemas, como também encontrou as soluções. Vejamos alguns trechos, em longas citações, longas, sim, mas por certo valiosas:

Devo começar por assinalar lealmente a minha inaptidão para o cargo que me designou a generosa confiança da Diretoria e que só um vivo espírito de disciplina e de patriotismo me fez aceitar. Em virtude dela, precisei suprir, por um redobrado esforço, a insuficiência da minha direção, que não tinha experiência alguma de serviço censitário, nem de exercício de qualquer cargo de direção, e que não dispunha, outrossim, do perfeito conhecimento das cousas e homens de Estado.

[...] Muito precárias eram sabidamente as condições de receptividade que as nossas populações do interior ofereciam ao empreendimento censitário, já por natural espírito de hostilidade às iniciativas governamentais, já pelo receio de pretender o Governo realizar um vasto serviço de recrutamento ou de lançamento de novos impostos. Foi, pois, preciso vencer essa relutância em pouco tempo, mediante uma intensíssima propaganda, que se teve de fazer sem dispêndio de um real e em condições de sobrepor-se ao generalizado analfabetismo das populações sertanejas.

Essa mesma ignorância que dificultava o êxito da propaganda, tornou também impossível a obtenção de recenseadores em número suficiente e com a necessária capacidade. Caracteriza bem essa dificuldade o fato de não se encontrar em vários distritos um só homem com capacidade para o bom desempenho das funções de agente censitário.

Ainda mais agravou esta já de si crítica situação o fato de se recusarem a aceitar o cargo de recenseador muitos indivíduos em condições de bom desempenha-lo, apavorados pelas agruras e perigos da tarefa.

E foram quase sobre-humanos, de feito, o esforço, o estoicismo e a abnegação de que tiveram de dar provas os agentes recenseadores. É que, aos embustes, insultos e mesmo ameaças sem conta que tiveram de enfrentar, ao desconforto e às insídias da sua penosa peregrinação, através de carrascais, píncaros, grotas, florestas, pauis e intérminos descampados, se veio juntar a inclemência traiçoeira das chuvas, tornando invadeáveis os rios, alagando as terras baixas, insulando habitações, destruindo o material censitário, além de todo um cortejo mais de doenças, de perigos e de dificuldades. E como confirmação dolorosa da verdadeira, embora obscura, epopeia de civismo que foi a conduta dos recenseadores, contam-se hoje em Minas não poucas cruzeiros marcando humildes sepulturas de mártires da causa censitária.

[...] Não devo omitir os efeitos desastrosos de uma contrapropaganda vesga e nefasta, partindo ora de elementos políticos despeitados pela justa repulsa às suas desarrazoadas pretensões, ora pelos candidatos incapazes não aproveitados, ora pelos ex-serventuários de antigos recenseamentos, os quais, dizendo-se no desembolso das respectivas gratificações



até hoje, espalhavam o desalento e a desmoralização entre os recenseadores nomeados fazendo-lhes crer que seriam vítimas de idênticos prejuízos.

[...] Podem referir-se também ainda, os surtos de gripe, de varíola, de impaludismo, a infestação da lepra, a ação do fero banditismo sertanejo, como outros tantos entraves gravíssimos ao esforço censitário em inúmeras partes do Estado.

[...] Finalmente, rivalidades, hesitações e duplicatas de serviço, criando situações embaraçosas, ocorreram em virtude do lamentável desconhecimento em que viver as municipalidades mineiras, não já somente dos limites interdisciplinares, mas até dos próprios limites municipais.<sup>12</sup>

Deste ponto, e antes de concluir o relatório, trata dos resultados alcançados, e o faz em várias partes. Primeiro, sob o nome de “essencial”, aborda a material censitária, em poucos parágrafos, com poucos números. Segundo, como resultados ditos “subsidiários”, trata do obtido em inquéritos realizados paralelos ao censo, alguns previsto pela esfera federal, e outros tendo origem estadual, seja por sugestão de delegados seccionais, seja por iniciativa dele, mas todos eles mediante acordos com as autoridades governamentais, ou estaduais ou municipais. E é nesse grupo que coloca os trabalhos cartográficos, e em associação a elaboração das corografias municipais, bem assim, o censo escolar.

Nesse ponto do relatório, no contexto da apresentação dos resultados, busca realçar o valor social do censo, dizendo-o um valioso “instrumento de disciplinamento social”, reavivando “sentimentos cívicos” no povo, isso porque ele invoca a Pátria, ou seja, a proposta censitária, em si, e por suas regras, por suas práticas, valendo marcar sua copiosa, variada e reiterada propaganda, “despertaram o povo do desalento e apatia em que vive costumeiramente, acordando-lhe n’alma a consciência da sua força e das suas necessidades, a confiança nos destinos nacionais, a esperança de um futuro melhor”.<sup>13</sup> E é forçoso observar essa conquista apontada, já que pouco antes apresentara esse mesmo povo como reticente e resistente às ações de governo, entre as quais a atividade estatística.

Assim sendo, o censo é posto como que sendo um divisor de águas, e de fato, pouco adiante, às páginas 25 a 31, sob o título “observações especiais sobre a organização estatística”, o homem que se apresentara humildemente, que, por isso, tivera que lutar para vencer suas deficiências e inexperiências, propõe avanços ousados. O que fala, no geral, não é novo, mas é nova a forma como expressa, naquele contexto de experiências, com realizações tão bem sucedidas. Fala como um eminente pensador, nada humilde, nada tímido, ao contrário, abre suas veias, e delas saem bem claros a régua e o compasso adquiridos naquele pouco tempo em Minas, pouco tempo, mas que logo seria longo, por toda uma década. Jovem, com pouco tempo de serviço<sup>14</sup>, já antecipa sua trajetória de pensador do Brasil, e oferece a origem de várias resoluções que proporá nas assembleias

---

<sup>12</sup> FREITAS... 1951. P. 17-18.

<sup>13</sup> FREITAS... 1951. P. 23.

<sup>14</sup> Nasceu em São Francisco do Conde, Bahia, em 1890. Entrou na DGE em 1908 (ou 1909). Assim, ao ser nomeado Delegado censitário em Minas Gerais, e para lá ir em 1920, tinha apenas 30 anos, e 18 de serviço (ou 19). Com tão pouca vivência, logo escreveria o relatório aqui analisado.

do futuro Conselho Nacional de Estatística, órgão máximo do futuro IBGE, enfim, mostra a origem da essência do texto que irá fazer tempos depois, avançando seu pensamento, o chamado “Problemas de Base do Brasil”.<sup>15</sup> Vejamos aquele instante mineiro:

Quanto à grande reforma administrativa, as observações feitas lhe indicam naturalmente os seguintes pontos cardiais: 1º uma estreita cooperação com as diferentes esferas da administração pública, estabelecida em íntimo e frequente entendimento entre os respectivos dirigentes ou representantes, e tendo por objetivo não somente o mútuo apoio dos serviços de vária natureza, mas ainda a conjugação dos recursos e dos esforços que visarem objetivos idênticos, de modo que se unifiquem os respectivos órgãos para adquirir a máxima potencialidade e prestígio, ou se lhes diferenciem convergente e harmonicamente as funções; 2º organização de um estatuto para o funcionalismo público em bases inteiramente novas e tais que assegurem o selecionamento das capacidades, a máxima simplificação na hierarquia, a responsabilidade e o estímulo dos serventários, aproveitados fundamentalmente os seguintes princípios: a) generalização de concurso, adaptado às circunstâncias, como meio de habilitação aos cargos, b) redução as categorias hierárquicas ao mínimo justificável pela diferenciação essencial de funções, c) estabelecimento de um sistema para o acréscimo de vantagens, de modo que este se verifique progressivamente em períodos certos, pelo exclusivo jogo dos dois fatores essenciais – tempo de efetivo serviço e merecimento provado, d) criação do mais eficaz e rigoroso regimes de fiscalização, completado pela inteira liberdade de movimentos à ação repressora de tal forma que as situações viciosas sejam fatalmente descobertas e rapidamente corrigidas; 3º redivisão territorial administrativa tendo como objetivo precípuos, de um lado, a equitativa distribuição dos encargos e das condições de progresso atribuídos a cada circunscrição administrativa, e, por outro lado, a nitidez e racionalidade das linhas divisórias, estabelecendo de um modo definitivo e sem anomalias os âmbitos de jurisdição dos vários ramos e órgãos da administração pública; 4º intensificação do estudo físico e político do Estado, pela situação simultânea, em moldes de máxima eficiência, dos serviços cartográficos (estudos geológicos e topográficos) e estatísticos (estudo dos aspectos sociais e econômicos).<sup>16</sup>

Note-se que sua atenção à atividade estatística não é isolada, pondo-a no contexto de uma ampla reforma nacional, sempre cooperativa. E põe a estatística sempre associada à cartografia.<sup>17</sup> Enfim, focando a estatística conjugada à cartografia, propõe às páginas 28 a 31 um projeto (com 21 artigos) e unificação desses serviços em Minas Gerais, atendendo aos interesses (e necessidades) federais e estaduais, desta forma definindo e formalizando uma cooperação. Seria uma Delegacia da Diretoria Geral de Estatística em Minas Gerais,

---

<sup>15</sup> Este estudo foi, de certa forma, o primeiro plano nacional, ainda nos moldes simples da mobilização psicológica, comum àquele tempo. Teve cinco edições, a primeira em 1945, e a última em 1958. Sobre o mesmo, leia-se: CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O ideário cívico do IBGE: reformas sociais de base e Projeto de Brasil aos olhos da Estatística. In: SENRA, Nelson. História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002). Vol. III – Estatísticas Organizadas (c1936-c1972). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. P. 371-409.

<sup>16</sup> FREITAS... 1951. P. 25.

<sup>17</sup> Note-se que ainda não falava em geografia, e dela só falaria tempos depois, inspirado em Macedo Soares.

com sede em Belo Horizonte, com o nome de Delegacia de Estatística no Estado de Minas Gerais. Como uma espécie de preâmbulo à legislação argumenta:

A prática do recenseamento demonstrou cabalmente as vantagens que pode trazer aos serviços de estatística a estreita cooperação das três esferas administrativas – a federal, a estadual e a municipal. De fato, só a conjugação de recursos e a convergência de esforços e de vistas dela decorrentes permitirá a montagem do complexo e oneroso aparelho que se faz mister, apto a uma atuação permanente, uniforme e direta na coleta das informações, e capaz de garantir a completa sistematização e coerência dos resultados. Não sendo possível, porém, atingir-se de pronto, integralmente, esse objetivo, dado o grande número de governos municipais, cuja aquiescência só paulatinamente se pode procurar, parece-me que a solução requerida deve ser encaminhada pela colaboração dos governos estaduais com o governo federal. Não me julgo de posse de elementos suficientes para formular um plano geral para essa colaboração. E creio mesmo não ser possível aplicar normas uniformes aos acordos que se fazem mister, pois os vários Estados oferecem a esse respeito condições muito diversas. Restringindo, pois, as minhas observações ao Estado de Minas, e dando-lhes uma expressão sintética e positiva, peço vênias para submeter à alta apreciação dessa Diretoria o seguinte projeto de cláusulas para um acordo, que me parece aconselhável e oportuno, entre a Diretoria Geral de Estatística e o Governo do Estado de Minas Gerais, tendo fundamento legal no Decreto federal n. 11.476, de 5 de fevereiro de 1915 (art. 2º, n. 4, 9, 11 e art. 10º, n. 8) e na Lei estadual n. 820, de 26 de setembro de 1921 (art. 2º n. II).<sup>18</sup>

E vem a conclusão, da qual já falamos, terminando o relatório. Ele terá causado excelente impressão em Bulhões Carvalho, a ponto de guardar consigo um exemplar, como atesta seus documentos particulares doados pela família ao IBGE. No acervo do IBGE há outros relatórios de delegados censitários nos estados, e alguns são até valiosos, mas nenhum foi capaz de levar o mestre a manter junto a si um exemplar, além do de Teixeira de Freitas. Afora esta reação indireta, ignora-se a existência de comentários do mestre àquele relatório, talvez porque não tenha podido elaborar nenhum dos relatórios anuais que costumeiramente enviava ao ministro tutelar, o que se deu seja pelo laborioso fechamento dos trabalhos censitários em todo o Brasil, nada fácil, seja pela natural sobrecarga da tipografia e estatística, voltada à impressão dos volumes do censo.

### **Fechando a década: teses para mudar.**

Teixeira de Freitas seguiu em Minas nos anos 1920. O decorrer da década será narrado na próxima seção deste texto, lançando mão de suas próprias palavras, em longa palestra proferida em outubro de 1931. Antes, porém, dado o *status quo* político então vigente, vejamos como ele pensava transpor sua vivência mineira à esfera federal. E o faz em minucioso documento oferecido à Conferência Nacional de Estatística, que Bulhões Carvalho convocara para realizar-se em outubro de 1930. Além desta data, não se sabe

---

<sup>18</sup> FREITAS... 1951. P. 27-28.

quando se começou a aventar a realização desta Conferência, nem mesmo quando se tornou certo que ela se realizaria. Isso torna difícil definir quando Teixeira de Freitas terá escrito seu documento, mas é sugestivo que, por mais rápido que trabalhasse, por mais pronta que sua mente já estivesse, teria precisado de alguns meses para dar forma final a ele. Digamos, então, otimistamente que o terá elaborado em início de 1930, talvez em final de 1929, se não mesmo pouco antes. Como seja, o podemos tomar como um fecho da década aqui analisada, e é o que faremos nesta seção. E ele se nos apresenta como que sendo uma síntese da maturidade por ele adquirida em Minas Gerais, afinando e refinando régua e compasso; em suma, em suas 33 teses oferece sua vivência e sua consciência.

A seu turno a convocação da Conferência seria como que o coroamento da longa trajetória de Bulhões Carvalho desde que retomara o comando da Diretoria Geral de Estatística, em início de 1915. Depois de realizar o Censo de 1920, e de viver a glória de o ver exposto e exaltado em um pavilhão exclusivo, o Pavilhão da Estatística, na exposição comemorativa do Centenário da Independência, em 1922, tivera que viver algumas situações adversas, como a falta de recursos, a redução de quadros, etc., afora a já secular dificuldade de acesso aos registros administrativos, não obstante seus muitos esforços catequéticos. Mas viveu também momentos gloriosos como a participação em duas reuniões do Instituto Internacional de Estatística, à XVI em Roma, de 27 de setembro a 4 de outubro de 1925, e à XVII no Cairo, de 29 de dezembro de 1927 a 4 de janeiro de 1928, e sobre ambas deixa memórias admiráveis.<sup>19</sup> E em 1929 começa a planejar o Censo de 1930, que imaginava realizar nos moldes do de 1920, ainda mais aprofundando a cooperação com os estados, e neste sentido começa uma intensa peregrinação de conferências pelas capitais dos estados, havendo notícias de visitas a Recife e a Salvador, com grande sucesso.<sup>20</sup> É possível imaginar que essas aberturas de mundo, por assim dizer, terão reforçado e amoldado suas já antigas visões, e lhe tenha estimulado a promoção da Conferência, cujo programa só teria aprovação formal e oficial em meados de 1930, portanto quando já se avizinhava nos horizontes a Revolução de Outubro, que poria fim à Primeira República, e levaria Getúlio Vargas ao poder. Trata-se de uma valiosa síntese dos problemas cotidianos da DGE à época, postos em duas partes, uma geral e uma especial. Pois, pelo foco deste texto, vejamos a parte geral:

I Uniformidade da estatística federal. Cooperação entre os diferentes órgãos administrativos da União. Bases para a colaboração desses serviços na organização da estatística geral do país.

Natureza e limites das contribuições respectivas. Prestação automática das informações, estabelecendo-se o prazo para a remessa dos contingentes destinados a figurar nas

---

<sup>19</sup> Ver SENRA, Nelson. Bulhões alcança o paraíso (ISI: Roma e Cairo) e edita manual de estatística. In: \_\_\_\_\_. História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002. Vol. II – Estatísticas Legislativas: c1889-c1936. Rio de Janeiro, 2006. P. 653-666.

<sup>20</sup> Ver SENRA, Nelson. Em 1930, o censo não contou. In: \_\_\_\_\_. História das Estatísticas Brasileiras: 1822-2002. Vol. II – Estatísticas Legislativas: c1889-c1936. Rio de Janeiro, 2006. P. 638-652.

publicações de conjunto, de modo a permitir a divulgação oportuna dos anuários e outras publicações de caráter geral.

II Uniformidade das estatísticas estaduais. Meios de conseguir esse objetivo. Adaptação dos modelos utilizados nos inquéritos estaduais aos tipos de formulários adotados pela estatística federal. Uniformização do método a seguir na exposição dos resultados.

III Sistematização das estatísticas municipais. Medidas necessárias para promover a criação e o desenvolvimento dos serviços de estatística municipal. Interferência indireta, auxílios e coparticipação dos governos estaduais para a organização dessas estatísticas.

IV Ação conjugada da Diretoria Geral de Estatística e das repartições centrais de estatística dos Estados na coleta de elementos estatísticos de interesse comum. Delimitação das atividades da União e dos Estados para conseguir aquele objetivo. Definição dos encargos e determinação das responsabilidades financeiras no custeio das investigações.

V Influência das leis federais, estaduais e municipais quanto à criação de registros e fontes informantes. A finalidade estatística na regulamentação dos serviços públicos.

VI O ensino da estatística como disciplina social absolutamente indispensável à cultura moderna dos povos bem orientados e progressistas. Sua inclusão como matéria de curso obrigatório nos programas das escolas secundárias e superiores. Criação de cadeiras independentes e autônomas de estatística, confiadas a docentes especiais, sobretudo nas Faculdades de Direito.<sup>21</sup>

VII Questões estatística de ordem geral não especificadas.

Renova-se a expectativa da cooperação, já há tanto tempo sonhada e tentada. É preciso, repete-se, que as três esferas políticas – a federal, a estadual, a municipal – se unam no acesso aos registros administrativos para deles extrair as informações individuais fundadoras das estatísticas, e o façam num esforço acordado, razão daquele encontro. Não se tem registro das adesões, mas sabe-se que Teixeira de Freitas, naturalmente, vivendo o sucesso mineiro, responderia ao chamado do mestre, apresentando diagnósticos e propondo soluções, logo ditas “Teses Estatísticas” ou apenas “33 teses”. Adiante serão postas nos Anais do IBGE como anexo da Resolução 73, de 18 de julho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, “considerando [entre outros pontos] que as diretrizes práticas a que obedeceram a criação do mesmo Instituto [o IBGE] e a orientação inicial das suas atividades, estão consubstanciadas nas teses”.<sup>22</sup> Eis as teses, enfim:

1 Necessidade de convergência na atividade dos nossos órgãos de estatística geral

2 Integração do aparelhamento estatístico brasileiro na esfera administrativa estadual

3 Condições de êxito dos nossos inquéritos estatísticos

---

<sup>21</sup> Esta ênfase de ensino da estatística nos cursos de Direito talvez decorra da intensa demanda por legislação específica para criar registros, para criar obrigações, para criar compromissos, etc..

<sup>22</sup> Foram muitas as edições. Usaremos uma de 1939, que o IBGE reeditou entre outros documentos de Teixeira de Freitas, quando do seu centenário de nascimento: FREITAS, M. A. Teixeira de. Algumas novas diretivas para o desenvolvimento da estatística brasileira. In: IBGE/CDDI. Teixeira de Freitas: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. P. 15-74. (Memória Institucional 1).

- 4 Educação estatística da comunhão brasileira
- 5 Unidade fundamental no plano dos Anuários Estatísticos da União e dos Estados
- 6 Estatística municipal nas capitais dos Estados
- 7 Contribuição dos serviços de estatística em matéria de cartografia geográfica
- 8 Escritórios de informações e Delegacias de Estatística dos Estados na capital da República
- 9 Divisão territorial: administrativa e judiciária
- 10 Coletâneas de legislação e administração municipal
- 11 Sociedade Brasileira de Estatística. Revista Brasileira de Estatística
- 12 Revisão do Recenseamento de 1920
- 13 Franquia posta e telegráfica para os serviços de estatística
- 14 Adaptação da generalidade das nossas estatísticas à divisão política do país
- 15 Estatística postal
- 16 Estatística judiciária
- 17 O ‘Registro Torrens’ e a estatística do território
- 18 A estatística agrícola e o imposto territorial
- 19 Indicadores estatísticos
- 20 Atlas estatístico
- 21 Estatística do ensino secundário e superior
- 22 Estatística ferroviária por municípios
- 23 Um meio para a generalização do casamento civil e do registro civil de nascimento
- 24 Estatística financeira dos municípios
- 25 Inquéritos complementares da coleta estatística
- 26 Ação cultural direta dos Agentes de Estatística
- 27 Uniformização da grafia nas designações geográfica
- 28 A adoção do Esperanto como língua auxiliar dos serviços de estatística<sup>23</sup>
- 29 A reorganização imediata da estatística agrícola brasileira
- 30 Estatística dos quadros do pessoal da administração brasileira
- 31 Assistência estatística aos órgãos legislativos federais
- 32 Tábuas itinerárias
- 33 Notícias estatístico-corográficas dos municípios

Para o objetivo desta pesquisa algumas teses importam mais que outras, e a elas nos ateremos. Nelas se alinha com a tradição já de longa data buscada, e repetida como necessária, em especial pelo mestre Bulhões Carvalho, qual seja, o imperativo da cooperação das três esferas políticas, de modo que o país tenha, de modo contínuo e sistemático, as estatísticas desejadas e desejáveis.

É o caso da primeira tese, em que começa dizendo da finalidade fundamental das repartições centrais de estatística, tanto a federal como as estaduais. Atuariam, cada qual em sua esfera, junto a todas as repartições públicas e também a outras instituições (sem as especificar, mas mostrando uma expansão no escopo de atuação) no sentido de promoverem (não o de fazerem, necessariamente) um resumo (talvez quisesse dizer uma agregação) “mediante uma técnica rigorosa e em forma orgânica” dos trabalhos existentes

---

<sup>23</sup> Ver SENRA, Nelson. A Estatística Brasileira e o Esperanto: 50 em 100 anos. In: \_\_\_\_ (org.) A Estatística Brasileira e o Esperanto. Uma história centenária: 1907-2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. P. 10-30.

(diria registros) que “comportem ou impliquem apreciação estatística aproveitável seja sobre qual for a ordem de fatos”. E realizariam diretamente pesquisas que completassem (enriquecessem) as estatísticas existentes, de acordo com um “plano sistemático previamente traçado”, de modo a se ter um quadro completo de estatísticas. Daí passa a realçar a “triplicidade das esferas administrativas, em nossa organização política”, gerando possíveis repetições “de coleta e elaboração” das estatísticas que não couberem a órgãos temáticos específicos, afora desperdícios de recursos, sem olvidar as divergências nos resultados numéricos encontrados.<sup>24</sup> Segue nesse retrato da realidade estatística brasileira, e passa a quatro soluções que submete à apreciação da conferência:

É, pois, de urgência e de toda necessidade: 1º que os nossos serviços de estatística geral, distribuídos pelos três graus de hierarquia administrativa que plasmam a organização política brasileira, limitem voluntariamente a autonomia de que à primeira vista deveriam desfrutar, procurando subordinar as respectivas atividades a um *modus vivendi* previamente assentado mediante acordos entre a União e os Estados e entre estes e os seus municípios, de tal sorte, por um lado, que as pesquisas estatísticas diretas porventura efetuadas pelos municípios satisfaçam aos fins da estatística estadual e a esta dispense a repetição dos inquéritos já realizados e, por outro lado, que as coletas estaduais se revistam daquelas condições que as possam tornar satisfatórias igualmente para os fins da estatística federal; 2º que as referidas repartições procurem agir junto aos órgãos especializados de estatística, existentes nas respectivas esferas de ação, de maneira que a atividade desses órgãos se adapte na melhor forma aos fins da estatística brasileira.

#### VOTOS:

1 A Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura [Indústria e Comércio], naqueles Estados que já possuírem serviços de estatística geral, confiará aos referidos serviços a realização dos seus inquéritos diretos, evitando-se, assim, simultaneidade de pesquisas sobre os mesmos fatos por parte da União e dos Estados.

2 A elaboração dos dados assim coligidos para fins comuns também deve ser objeto de entendimento entre o órgão estatístico federal e os estaduais, no sentido de evitar-se qualquer discrepância nos seus resultados finais, mas isto, obviamente, assegurando-se a presteza dos trabalhos de apuração e a possibilidade do seu imediato aproveitamento pela repartição que deles se abster.

3 Entendimentos semelhantes aos indicados nas duas primeiras conclusões convém que sejam realizados entre as repartições estaduais de estatística e as administrações municipais compreendidas nas respectivas jurisdições, que já possuírem serviços próprios de estatística.

4 São igualmente recomendáveis entendimentos e até a própria colaboração direta dos serviços de estatísticas geral com os departamentos incumbidos de estatísticas

---

<sup>24</sup> FREITAS... 1994. P. 23.

especializadas, a fito de imprimir a estes trabalhos a técnica e o desenvolvimento que os tornem perfeitamente adequados aos fins da estatística geral do País.<sup>25</sup>

A segunda tese não avança muito em relação à primeira, reiterando o imperativo da cooperação, tomando como base um elo estreito, não subordinado necessariamente, entre as repartições centrais, seja a federal, sejam as estaduais (estas seriam como que delegacias daquelas, agindo todas sob um plano geral previamente negociado e acordado). Por este plano a repartição estatística federal agiria sobre todos os estados, e os estados, a seu turno, pelos acordos feitos, aceitariam cooperar. Por outro lado, os estados teriam a necessária liberdade e autonomia de realizarem em seu território as pesquisas que fossem de seu interesse específico, ou seja, haveria sempre como que subplanos estaduais, mas afinados ao plano geral de âmbito federal.

a evolução normal da estatística brasileira se terá de processar sob a diretriz fundamental da cooperação dos Estados, pelos seus “serviços de estatística geral”, com a Diretoria Geral de Estatística, relativamente à qual devem aqueles agir como verdadeiras delegacias suas, para os fins de investigação e coleta, que executarão diretamente, por meio de Agentes de Estatística que percorram anualmente os municípios.<sup>26</sup>

A terceira tese é voltada “à maneira de formular o inquérito e ao modo de coleta dos dados”. Quer a pronta “adoção dos esquemas aprovados pelos congressos e institutos internacionais de estatística”, bem assim, advoga, tema a tema, a incorporação das recomendações científicas dos “tratadistas da especialidade”. Mas pede prudência, pois, vendo nosso meio, então, “impõe-se à evidência fortes restrições, já no ponto de vista dos seus elementos materiais, já mesmo no que se refere ao quadro dos técnicos disponíveis para isso”. Dessa forma, numa corajosa afirmação, diz que “o plano das indagações a cargo direto das nossas repartições de estatística têm de atravessar uma fase de grande simplicidade, de marcado rudimentarismo”, decorrendo, por isso, a necessidade dos instrumentos de coleta serem simples, com poucos quesitos, de fácil apreensão e assimilação, “que não afugente a atenção e a boa vontade do informante”.<sup>27</sup>

Nem se diga que desse critério adviria a esterilidade do nosso aparelhamento estatístico, por um longo lapso de tempo. Longe disso. A esterilidade resultará, muito antes, da adoção do critério posto, acumulando fracassos sobre fracassos, veiculando às vezes dados de pura fantasia mesmo quando o informante tem boa vontade e gerando em toda a parte a convicção de que a estatística é uma inutilidade dispendiosa e enfadonha, de cuja repulsa não advém para ninguém prejuízo algum. Ao contrário: de um bem compreendido rudimentarismo naqueles inquéritos que evidentemente não comportarem ainda o desejável

---

<sup>25</sup> FREITAS... 1994. P. 23-24.

<sup>26</sup> FREITAS... 1994. P. 24.

<sup>27</sup> FREITAS... 1994. P. 25-26.



desenvolvimento, nunca resultará esterilidade, pois tantos e tão interessantes são os aspectos da vida nacional sobre os quais não conseguimos ainda informação alguma com a requerida feição de generalidade, que os inquéritos, ainda os mais simples, sobre todos eles, tendo nesta mesma simplicidade a segurança do seu êxito, fornecerão por seguro um acervo preciosíssimo de informações estatísticas, ocorrendo então que a oportuna e ampla divulgação desses dados virá contribuir, pela mais eficiente das propagandas, para que se atenuem a refratariedade do meio e se torne possível, de passo em passo, a ampliação dos sistemas de quesitos.<sup>28</sup>

Que seja pouco, mas que seja bom! De nada vale o muito, sem qualidade e atrasado! Eis a filosofia expressa com clareza. A quarta tese segue nesse tema, agora dando foco ao “baixo grau de cultura de grande parte dos informantes (autoridades, funcionários e particulares) a que é mister recorrer”. São muitos os problemas:

É, em primeiro lugar, a incompreensão dos formulários, mesmo quando referentes à matéria muito rudimentar, e não obstante a simplicidade e a clareza dos quesitos apresentados. Vem, depois, o desconhecimento dos deveres de cortesia e de solidariedade para com a administração pública; o que coexiste quase sempre com o medo de vexames em matéria tributária, de fiscalização sanitária, de serviço militar, etc., quando não ainda com a mal entendida vaidade de indisciplina social e resistência ao poder público. Ocorre, ainda, a ignorância sobre o alcance teórico ou prático das pesquisas, fazendo com que se considerem esforços e sacrifícios inúteis os que se empregarem para atender às solicitações dos Serviços de Estatística.<sup>29</sup>

Urge tratar dessa situação, pela educação e pela divulgação, é preciso conquistar o informante. Pela educação, os agentes ajudariam ao realizarem as pesquisas, deixando boa impressão nos informantes. Pela divulgação, uma forma direta, seria distribuir publicações de resultados com tabelas, sem dúvida, mas também com gráficos, e com estudos que lhes facilitassem a compreensão; e pela imprensa, onde matérias estatísticas seriam divulgadas, cabendo enviar aos jornais, bem cuidados estudos e análises.

O preparo e a distribuição, em grandes edições, de opúsculos, cartões postais, folhas volantes, gráficos, etc., contendo em forma sugestiva ou os principais resultados de estatísticas especiais, ou conjuntos de dados gerais sobre o Brasil ou sobre qualquer parte dele (região, Estado, zona ou município). A remessa frequente (se possível semanal) de comunicados à imprensa dando notícias impressivas sobre o alcance, o plano e os resultados (considerados estes em si ou em comparações adequadas) dos vários empreendimentos estatísticos que se forem realizando.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> FREITAS... 1994. P. 26-27.

<sup>29</sup> FREITAS... 1994. P. 28.

<sup>30</sup> FREITAS... 1994. P. 28-29.

Para efeito de atuação nos estados, as repartições estaduais contariam com agentes municipais de estatística. A essa figura, Teixeira de Freitas se volta em várias teses, e a toma como uma peça-chave no tabuleiro. Além de tê-la para fins diretos da coleta de informações de interesse da estatística a imaginava como instrumento civilizatório. O agente poderia oferecer cultura, uma cultura prática, em formas diversas de assessoria; não de pronto, mas no correr do tempo, com denodo e paciência. Já quanto à elaboração das estatísticas municipais na capital do Estado a tomava como atividade da repartição central, direta e não de um agente, e o fazia para efeito de auto-aprendizado (sexta tese).

Tem-se dito repetidamente – e da minha parte não me canso de afirmá-lo – que o esforço permanente das repartições de estatística no sentido de levantar, comentar e divulgar as fundamentais condições de vida da coletividade nacional, exerce indiretamente uma elevadíssima função educativa sobre todas as camadas sociais. E esse papel ainda é mais sensível através da atuação dos Agentes de Estatística explicando a significação e o alcance dos inquéritos que executam, ensina a preparar-lhes as respectivas informações, desfazendo preconceitos e vencendo resistências descabidas. Se esta verdade, porém, já é mais ou menos reconhecida, e se de acordo com ela já se orientam melhor as atitudes dos governos e do público em geral em relação aos nossos serviços estatísticos, talvez por bem poucos seja apreendida a poderosa ação direta que as repartições de estatística por meio dos seus agentes podem exercitar no sentido do progresso social, econômico e administrativo dos municípios.

O Agente de Estatística, com efeito, portador que é das mais distintas credenciais, ao pôr-se em contato, em cada sede municipal, com os elementos mais representativos da vida local nos seus variados aspectos afim de com eles e por meio deles averiguar os fatos mais expressivos do progresso da comuna, vê-se, assim, em condições particularmente propícias ao lançamento de ideias e sugestões no sentido de se irem corrigindo os senões e as falhas de organização que os seus próprios trabalhos vão colocando em relevo nos vários campos para que se volta a sua atenção. Essa natural troca de impressões, baseada que é em dados concretos e destinados a vulgarizar a situação do município fora dos seus limites, tem uma força de convicção toda particular e se erige em forte estímulo assim para as iniciativas entorpecidas e a que falte um pequeno impulso inicial como para os zelos que se houvessem deixado adormecer pelo espírito de rotina e pela apatia que dominam os meios sociais demasiado tranquilos.<sup>31</sup>

E como fruto dessa conquista aos municípios imaginava a elaboração de corografias municipais, bem assim, como fruto de sua estreita associação à cartografia, algo pouco explorado na atividade estatística brasileira, imaginava um território ordenado, em nomes e em divisas, querendo elaborar mapas em escalas diversas. Sonhava sem limites. E sobre a cartografia geográfica, como dizia, dedica toda a tese dezessete.

---

<sup>31</sup> FREITAS... 1994. P. 55-56.

Várias outras teses, embora interessantes, e hoje ainda bastante provocantes, fogem ao escopo deste projeto, donde as deixaremos sem considerações. Mas as que foram aqui tratadas deixam claro que Teixeira de Freitas estava afinado com o desejo da cooperação, bem a sabia diagnosticar, e, ainda melhor, imaginava soluções para, em definitivo, vê-la implantada. Por certo utilizada sua experiência mineira, de um lado reforçando sua percepção do imperativo daquela cooperação, e, de outro, dando-lhe visões de soluções, por certo muitas delas que já teria aplicado na década que já findava.

### **Régua e compasso visitados pela memória**

Uma análise da década mineira é feita pelo próprio Teixeira de Freitas, “já então diretor geral de Informações, Estatísticas e Divulgação do Ministério da Educação [e Saúde Pública], ao ser recebido como sócio efetivo, em sessão de 02 de outubro de 1931, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”<sup>32</sup>. Voltara à capital federal no começo daquele mesmo ano, tendo assim uma visão clara dos feitos daquela década, não obstante elaborava uma narrativa já com os ajustes naturais da memória.

Começa seu discurso enumerando os proponentes de sua investidura, o “eminente Mestre, o Professor Everaldo Backheuser, assistido pelos distintos consócios Comandante Raul Tavares e Drs. Couto Fernandes e Carlos Domingues”, usando a seguir, mais uma vez, a retórica discursiva da autodiminuição, a que seguirá uma exaustiva enumeração de suas realizações: “a esses ilustres paraninfos e à douda corporação que tão imerecidamente me acolhe em seu seio, os meus mais efusivos agradecimentos”, e vai nessa toada.

Nos discursos com que os recém-vindos a este grêmio iniciam a sua participação na vida da sociedade, é praxe abordar um tema relacionado com os objetivos sociais. A mim, portanto, nenhum melhor se me depara do que a própria organização do serviço que para a minha humilde personalidade chamou a atenção desta douda corporação, isto é, o Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais. E terei assim ensejo de vos retratar, ainda que muito resumidamente, uma interessante página da história administrativa mineira. Mas ficai certos desde já – e inclinai-vos por isso a generoso julgamento – de que não ides ouvir propriamente uma peça oratória, senão que apenas a leitura de uma desataviada exposição de como surgiram, se desdobraram e se tornaram uma bela realidade os serviços de estatística geral no grande Estado mediterrâneo, graças ao tino dos seus administradores e à índole progressista e ordeira do nobre povo montanhês.<sup>33</sup>

Prossegue exaltando o passado mineiro: “desde os tempos coloniais vem sendo a estatística cultivada em Minas”. Enumera os primeiros “arrolamentos demográficos” e oferece números e nomes. Destaca as realizações de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de Luiz Maria da Silva Pinto (este, ainda em 1826), de A. J. de Assis Martins e J. Marques de

<sup>32</sup> FREITAS, M. A. Teixeira de. Os serviços de estatística do estado de Minas Gerais. Revista Brasileira de Estatística (Seção “De ontem e de hoje”), Rio de Janeiro, IBGE, v. 4, n. 13, p. 107-130, jan./mar. 1943.

<sup>33</sup> FREITAS... 1943. P. 107.

Oliveira, todos ainda no período imperial, e já no período republicano, Cesário Alvim que assinaria decreto criando uma Diretoria de Estatística do Estado de Minas Gerais (em 1890), com três seções: a primeira tratando de “geografia, viação e análise das terras”, a segunda incumbida da “indústria, artes, ofícios, agricultura e comércio”, e a terceira encarregada da “população, instruções pública, justiça, finanças e polícia”, e que três meses depois, por medida de economia, seriam tornadas três comissões, mediante minucioso programa de trabalho, que “trinta anos depois, conseguimos executar”.<sup>34</sup>

Ajustes foram feitos, com quase nenhum resultado, contudo, estudos isolados foram sendo feitos por pessoas ao longo do tempo, sendo proveitosos ao planejamento da operação do censo de 1920, época do governo mineiro de Artur Bernardes. Então, estava claro para todos, à frente o governo, a insuficiência das estatísticas mineiras, bem assim o imperativo de se promover mudanças. Desta forma, ao chegar a Minas como delegado federal para fazer o censo, Teixeira de Freitas via terra fértil, preparada para semeadura, o que logo faria com grande eficiência e paciência, ajustado ao espírito mineiro, pouco a pouco, sem pressa, mas firme, seguro dos objetivos almejados, foi comendo mingau pelas bordas. Habilidade, não negaceou elogios certos, a pessoas certas, de modo que os feitos daquele momento o levaram a veredas futuras, que dois anos depois trilharia ao retornar com missão mais ampla, tornar contínua e sistemática a produção estatística mineira, o que faria com grande denodo na década que focaliza no discurso aqui analisado.

Em 1919, portanto, quando cheguei a Belo Horizonte com a incumbência de executar os trabalhos preliminares do Recenseamento de 1920, pude facilmente compreender que o Estado de Minas Gerais era um campo ideal para uma tentativa de larga envergadura tendo por objetivo a criação da estatística geral de caráter regional.

Ao que segue sua típica retórica de valorizar sua realização enquanto realçando a complexidade e mesmo as dificuldades da empresa que tivera pela frente, mas não sem dividir os méritos do obrado com aquelas pessoas sem cujo apoio nada teria feito, como o governo estadual, os funcionários que arregimenta, e o povo mineiro, bem assim, seu chefe Bulhões Carvalho, sem cuja concordância não prosseguiria na execução do sonho de voltar a Minas Gerais. Eis o que diz:

Em virtude desta exata compreensão dos fatos, pude antever as larguíssimas possibilidades que então se abriam ao meu esforço – eu vô-lo afirmo – impregnado do maior ardor profissional, de um sentimento de patriotismo capaz de me levar a todos os sacrifícios, e de uma quente simpatia e viva gratidão para com o grande e acolhedor Estado de Minas Gerais – esta inamovível e insubstituível coluna mestra a arquitetura social, econômica e política da nacionalidade pátria.

---

<sup>34</sup> FREITAS... 1943. P. 109-111.

De corpo e alma, pois, dediquei-me ao trabalho, que se desdobrou sob um plano ditado por anos de meditação e de minuciosa observação dos fatos, procurando fazer sempre convergir a ação tática e a estratégica (perdoe-se-me a expressão), isto é, assegurando o melhor êxito aos movimentos exigidos pelos objetivos imediatos, mas subordinando tais movimentos, e destinando seus resultados, ao preparo das grandes operações, tão complexas quão variadas, das quais, em prazo que ainda então não me era dado prever, surgisse, em seguida à realização do recenseamento do Estado, a criação do seu serviço de estatística geral, nos moldes típicos que se haviam fixado no meu espírito, caso não me viessem a faltar a confiança e o apoio, já não somente do eminente chefe sob cujas ordens servia – e cujo nome cito com o maior respeito e gratidão, Dr. Bulhões Carvalho – mas ainda dos governos tanto da União como do Estado.<sup>35</sup>

Ao término dos trabalhos censitários, em dezembro de 1921, “autorizava-me o diretor geral de Estatística a voltar a Belo Horizonte para levar a cabo, como trabalho complementar do recenseamento, a sistematização cartográfico-estatístico-corográfica”<sup>36</sup>, que antes iniciara. Essa expressão incomum significa, em termos comuns, a criação de um serviço estadual de estatística, a que ele se dedicaria intensamente, inicialmente, como “representante da Diretoria Geral de Estatística”.<sup>37</sup>

Embora o governo estadual já previsse verba para isso, Teixeira de Freitas optou por deixar para ao próximo governo estadual a última palavra quando à estrutura e à atribuição do novo órgão.<sup>38</sup> E quis que “a própria experiência do serviço ditasse a estrutura a dar ao serviço que se ia instituir” e que isso se desse a partir de “uma demonstração prática das possibilidades e do extraordinário alcance do serviço de que se tratava”. Assim, criou-se uma seção de estatística na Comissão que, em Minas Gerais, estava incumbida da participação do Estado nas celebrações do centenário da Independência.<sup>39</sup>

Propus, assim, e foi aceito, que os trabalhos projetados e já iniciados se continuassem, por então, com um caráter de provisoriedade e restritamente, isto é, visando apenas fornecer ao Estado um dos elementos da sua representação no grande certame que o governo da República estava organizando, para comemorar a passagem do primeiro século da independência nacional.<sup>40</sup>

Foi-lhe atribuída a realização de três trabalhos: uma carta física e política do Estado; um Boletim Estatístico-Corográfico, para revelar as realidades dos 178 municípios mineiros; um Anuário Estatístico, em forma apenas tabular, os números estaduais. Em

---

<sup>35</sup> FREITAS... 1943. P. 112.

<sup>36</sup> FREITAS... 1943. P. 113.

<sup>37</sup> FREITAS... 1943. P. 113.

<sup>38</sup> Artur Bernardes assumiria a presidência da República em 15 de novembro de 1922, em sucessão a Epitácio Pessoa. Ambos, um mineiro e outro paraibano, apoiariam a revolução que, em 1930, pôs fim à Primeira República, levando ao Catete Getúlio Vargas.

<sup>39</sup> FREITAS... 1943. P. 113.

<sup>40</sup> FREITAS... 1943. P. 113.

suma, devia fazer três sínteses: uma cartográfica, outra corográfica, e mais outra estatística. Para tanto utilizou arquivos existentes, em especial o da operação do censo, devidamente completado através de cartas, bem assim, se valeu de um corpo de Agentes de Estatística, previamente selecionado e, em suas palavras, devidamente “adestrado”, para percorrer os municípios, e também da atividade de cartógrafos. Descreve as dificuldades encontradas, “aspectos da situação mineira em geral, da qual não se divorciava, a não ser para pior a situação brasileira”<sup>41</sup>, ou seja, o se ignorar por completo o território, o só se conhecer parcialmente as estatísticas da população e da economia estadual, já que os detalhes censitários não eram ainda disponíveis, a insuficiência do registro civil.

Tal, pois, a significação da campanha a empreender para, dando o impulso fundamental à criação da estatística geral em Minas Gerais, erigir ao mesmo tempo um monumento condigno para a comemoração do Centenário da Independência Nacional, monumento esse que, com tal significação, se destinaria, como marco secular, a permitir a exata apreciação da marcha evolutiva da civilização mineira nos tempos porvindouros.<sup>42</sup>

O apoio do governo foi irrestrito, e Raul Soares chegou mesmo a visitar a repartição, o que Teixeira de Freitas realça com prazer. Na ocasião conheceu e se aproximou do então Secretário de Agricultura, Daniel de Carvalho, com quem ainda faria muitas parcerias, no Estado e na esfera federal. A despeito das dificuldades, as realizações foram significativas, e Minas Gerais pôde se fazer presente na Exposição em grande estilo.

Teixeira de Freitas elogia os Agentes Estatísticos que passa a chamar de Agentes Itinerantes que, com suas ações, a partir, é claro, da qualidade das instruções recebidas, e do intenso treinamento ministrado. Relata, grosso modo, as dificuldades enfrentadas, as resistências e reticências superadas, enfim, “a paciência, a argúcia, a diligência e mesmo a coragem” com que fizeram seus trabalhos.<sup>43</sup>

Descreve longamente as publicações resultantes desse esforço conjunto, sob sua batuta diuturna, e diz que “o lançamento deste vasto plano de trabalhos cartográficos, corográficos e estatísticos foi, portanto, o início da instituição do Serviço de Estatística Geral do Estado de Minas Gerais”, nome que tomou “a primitiva seção de Estatística e Cartografia logo que a Comissão Mineira do Centenário encerrou os seus trabalhos”. Isso em 1923, quando ganhou autonomia administrativa, “que a autonomia técnica nunca lhe faltou”.<sup>44</sup> Com a morte de Raul Soares, seu vice completa o mandato; e Melo Viana seguiu apoiando os trabalhos da repartição que continuavam expandindo, numa tática típica de Teixeira de Freitas de ocupar vazios: “a par dos seus serviços genuinamente estatísticos, se dedicou também a variados empreendimentos que lhes eram conexos”.<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> FREITAS... 1943. P. 113.

<sup>42</sup> FREITAS... 1943. P. 114.

<sup>43</sup> FREITAS... 1943. P. 117.

<sup>44</sup> FREITAS... 1943. P. 120.

<sup>45</sup> FREITAS... 1943. P. 121.

Os feitos, de fato, foram muitos e impressiona a narrativa de Teixeira de Freitas, e seguiram sendo muitos e vários. Ao que se apreende da narrativa, jamais esmorecia, enfrentando as dificuldades com paciência, esperando a primeira abertura que se lhe surgia para, de novo, com as devidas adaptações, por suas visões de mundo no prosscênio. E nunca dormia sobre os louros obtidos, querendo sempre mais, indo além do proposto, do esperado. Além das naturais publicações, as vulgarizava em publicações mais amigáveis, jamais cedendo a tentações populistas.

Enfim, tinha plena e clara consciência, ou sentimento, de que emergia, com seu trabalho, “uma bela conquista no sentido da unificação da estatística brasileira pela cooperação entre a União, os Estados e os municípios”.<sup>46</sup> E é o que levaria, adiante, à esfera federal, quando assumisse seu comando, como sintetiza com acuidade, Daniel Carvalho, Secretário de Agricultura nos governos Raul Soares e Melo Viana:

Colheu destarte o Sr. Teixeira de Freitas, para trazer ao governo da União, os frutos de longa e fecunda experiência, e preparou-se para apresentar um planejamento da organização da estatística geral brasileira, não calcado em figurinos estrangeiros, mas na prática observada, em vários anos, do regime de acordo do Governo Federal com a administração de um dos maiores Estados da República. Minas fora o campo de experimentação onde o grande mestre da estatística nacional ensaiara as suas ideias, verificara as reações do meio, retificara os erros e pudera conceber um plano exequível para o Brasil.<sup>47</sup>

Adiante, no governo Antônio Carlos, Teixeira de Freitas teria outra vitória, qual seja a criação de uma tipografia estatística, onde haveria “o primeiro equipamento ‘monotipo’ introduzido no Estado”.<sup>48</sup> E foi neste termo de governo que deixaria a direção da repartição de estatística, voltando à capital federal, onde em 1931 criaria no recém-formado Ministério da Educação e Saúde Pública a Diretoria Geral de Informações, de Estatísticas e Divulgação, que dirigiria, em sucessivas formatações, até 1952, quando se retiraria do serviço público. Pois, ao fim de sua gestão afirma que “tantas já eram, ao termo do governo passado, as incumbências não estritamente estatísticas atribuídas ao Serviço de Estatística Geral do Estado de Minas” que o novo governo estadual (o de Antônio Carlos) cogitou aprimorar seu Regulamento, e elevar-lhe a Diretoria (de Estatística Geral e Publicidade). Teixeira de Freitas, ao sair, deixaria pronta uma versão dessa renovação do regulamento, no qual, em vários artigos, formaliza a cooperação federativa; essa renovação de estrutura não aconteceu em consequência do “movimento revolucionário que está transformando toda a vida nacional”. Contudo, foi ainda possível vivenciar sua mudança

---

<sup>46</sup> FREITAS... 1943. P. 122.

<sup>47</sup> CARVALHO, Daniel de. A estatística brasileira e o regime federativo. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, IBGE: v. 11, n. 44, p. 553-558, out./dez. 1950. [A epígrafe tomada para abrir este texto vem deste trecho da citação.]

<sup>48</sup> FREITAS... 1943. P. 124.

“para a parte nova do belo edifício em que se transformou a antiga sede da Secretaria da Agricultura do Estado, em cujo porão já funcionava a tipografia da repartição”.<sup>49</sup>

O “trabalho silencioso” realizado, e então descrito no discurso, o envaidece, e dele sente orgulho.<sup>50</sup> Aprecia tanto o feito, quanto a forma do feito, mas não descansa ao sétimo dia, ao contrário, passa a tarefas maiores, já na capital federal. Enfim, valoriza a realização estatística associada aos trabalhos cartográficos, corográficos e administrativos, num esforço educativo, “uma obra de educação, isto é, obra multiforme de aperfeiçoamento pelo tirocínio dos seus serviços e pela persuasão”, sem olvidar uma atenção especial à “especialização profissional” dos seus funcionários.<sup>51</sup> Em suma, nesta narrativa do realizado, retratando sua experiência na década mineira, é o que pôs nas 33 teses antes vistas, que enviara para a não realizada Conferência Nacional de Estatística. Enfim, termina esta narrativa doutrinário, no seu típico linguajar gongórico:

Urge, pois, que o Brasil se conheça a si mesmo, e, bem se conhecendo, seja senhor dos seus destinos. Mas esse conhecimento, através do qual se forma, e modela, e se sublima a consciência nacional, só lhe podem dar a ESTATÍSTICA e a EDUCAÇÃO.

A pátria brasileira e as suas condições só podem ser bem conhecidas mercê das indagações estatísticas. Para tanto não bastam, de feito, inexpressivas afirmações e conceitos vagos, por mais líricos e otimistas que sejam. Mister, que o aspecto estático, tanto quanto o dinâmico, da vida nacional, se expressem em dados precisos, completos, ordenados em séries, em sistemas, transformados em índices, que permitam o desenho nítido da imagem mental que exprime o conhecimento.

Mas não bastam os dados do conhecimento: estes apenas constituem o elemento objetivo da transformação salvadora. É preciso simultaneamente que o conhecimento encontre o seu campo na inserção, e este reside nos indivíduos que formam a comunidade nacional. Para que os brasileiros possam conhecer deveras a sua Pátria, e se coloquem sob a influência das forças mentais e espirituais capazes de plasmar em cada um deles o cidadão perfeito, levando-os a trabalhar conscientemente e com acerto para engrandecê-la, na conformidade desse mesmo conhecimento, força é – e nenhum imperativo maior se nos depara – que tenham as condições receptivas necessárias, tanto vale dizer, força é que a educação lhes dê ao espírito a necessária permeabilidade às noções que fazem, primeiro, *conhecer*, e às forças que obrigam, em seguida, a *agir*.

Eis aí, pois traçadas as duas linhas paralelas que hão de orientar os passos da nacionalidade nesta hora de incertezas – ESTATÍSTICA e EDUCAÇÃO. Porque tudo que não seja fundamentalmente isto, redundará em esforços quase estéreis, marcha ziguezagueando desviada do seu norte.

Nesta fé eu vivo, Senhores, e com ela procuro trazer a contribuição infinitesimal do meu esforço à obra silenciosa, mas confiante da nossa Gente, inspirada no sofrimento, na experiência e nas esperanças das gerações que se foram, para a alegria, a glória e a

---

<sup>49</sup> FREITAS... 1943. P. 125.

<sup>50</sup> FREITAS... 1943. P. 128.

<sup>51</sup> FREITAS... 1943. P. 130.



felicidade das gerações que hão de vir – dos obreiros, plenamente cientes e conscientes, da grandeza futura da nossa Terra...<sup>52</sup>

Daí, então, viria sua vivência nacional, primeiro na renovação das estatísticas educacionais, através do convênio estudado neste projeto, e que mostraria a cooperação federativa operando a partir da esfera federal, operando e se firmando como prática sabida, conhecida e reconhecida. Depois, pela expansão desta experiência praticada para educação, a todas as estatísticas brasileiras; sim, pela maturação deste instituto jurídico da cooperação federativa, seria possível instrumentar uma instituição estatística nacional, na proposta como Instituto Nacional de Estatística e Cartografia, mas, devido a resistências, tornado o Instituto Nacional de Estatístico (criado em 1934), e que começa a funcionar no momento em que assume sua presidência o Embaixador Macedo Soares, em 29 de maio de 1936, e que logo (em 1938) seria o IBGE, tão presente na paisagem brasileira.

### **Considerações Finais**

Analisar esta mudança das estatísticas brasileiras, a partir do sucesso do convênio que transformou as estatísticas educacionais, assinado em dezembro de 1931, é o objetivo deste projeto. Será estudado o contexto da sua proposição, negociação e assinatura, na IV Conferência Nacional de Educação, naquele mesmo mês e ano, um tradicional patrocínio da Associação Brasileira de Educação, bem assim, a concepção de educação tomada como referência. Ainda no contexto da educação, será possível sopesar as relações desse convênio com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nascido no mesmo certame, e largamente debatido na V Conferência. Serão vistas suas inúmeras influências, primeiro na própria educação, e a partir do sucesso do instrumento da cooperação federativa, na formalização da atividade estatística brasileira, da qual resultará a execução de um amplo e variado programa estatístico. Serão ainda vistos estudar os reflexos dessas mudanças na revelação das realidades dos municípios brasileiros, tanto no prisma da melhor definição dos seus territórios, seja nos avanços da urbanização.

Rio de Janeiro, novembro / dezembro de 2012.

**Texto para discussão (1ª versão).**

---

<sup>52</sup> FREITAS... 1943. P. 130. Relevos do autor, inclusive a reticência final.